REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Inspeção Regional do Turismo

Relatório Inspetivo, nos termos do DLR n.º 5/2019/A, de 4 de fevereiro

Relatório Inspetivo nº	Inspeção	Entidade averiguada	Descrição	Enquadramento legal	Conclusão e proposta	Despacho do Inspetor Regional do Turismo
RI-2023-436	**Atividade:** Alojamento local **Âmbito:** Plano de Atividades 2023 **Ação:** Fiscalização de alojamento local **Data:** 15/06/2023 **Inspetores:** Claúdia Ribeiro Ana Passinhas	**Identificação:** [redacted] **Registo nº:** [redacted] **Entidade Exploradora:** [redacted] **Sede/Morada:** [redacted] **Concelho e Ilha:** [redacted] **Responsável:** [redacted]	Efetuada a ação inspetiva ao alojamento, verificou-se que: As informações a hóspedes e a caixa de primeiros socorros estavam incompletas. Verificou-se a existência de um apartamento, que não se encontrava registado e de camas a mais em algumas das unidades de alojamento O responsável foi notificado, no local, através da notificação n. º177, concedendo-se um prazo de dez dias úteis para proceder à sanação das irregularidades, respondeu e evidenciou através de email a sanação das irregularidades detetadas	Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro (art. 4.º e 53.º) – Estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Portaria n.º 83/2016, de 4 de agosto, alterada pela Portaria n.º 23/2018, de 16 de março (art.º 9.º) e pela Portaria 101/2020 de 28 de julho (adita o art. 4.º-A).	Considerando que a entidade exploradora do alojamento, sanou as irregularidades detetadas, propõe-se a conclusão e arquivamento do presente procedimento e que deste facto seja dado conhecimento ao proprietário, conforme proposta de ofício constante em anexo. 11/12/2023 **O Inspetor:**	Concordo. 11.12.23